

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

CODEVASF

**Elaboração de Estudos Ambientais visando atender as Condições
estabelecidas na Licença Prévia Nº 13/2006 do Projeto Hidroagrícola
Jequitáí**

RELATÓRIO TÉCNICO 17

PROGRAMA DE REDIMENSIONAMENTO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DIRETAMENTE AFETADA

CONSÓRCIO ENGECORPS ♦ FLORAM

929-CDF-PMA-RT-P020

Agosto / 2010

ÍNDICE

	PÁG.
1. INTRODUÇÃO.....	- 3 -
2. JUSTIFICATIVA.....	- 3 -
3. OBJETIVOS.....	- 3 -
4. PÚBLICO-ALVO	- 4 -
5. METODOLOGIA	- 4 -
6. AÇÕES, ATIVIDADES E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA.....	- 5 -
7. CRONOGRAMA FÍSICO DE ATIVIDADES	- 9 -
8. RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS	- 9 -
9. CUSTOS	- 10 -
10. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO	- 10 -
11. RESPONSABILIDADE TÉCNICA E CONVÊNIOS	- 10 -

1. INTRODUÇÃO

A área de influência do Projeto Hidroagrícola Jequitaiá corresponde à região do Estado de Minas Gerais conhecida como “área mineira do nordeste”, englobando os municípios de Jequitaiá, Engenheiro Navarro, Claro dos Poções e Francisco Dumont. Trata-se de uma região com municípios pequenos e, portanto infra-estrutura com capacidade para atender apenas a demanda atual.

Com o desenvolvimento do Projeto Jequitaiá ocorrerão algumas alterações na dinâmica local e medidas preventivas deverão ser adotadas para que não ocorram transtornos à população local.

2. JUSTIFICATIVA

Na área de influência do Projeto Hidroagrícola Jequitaiá, mas principalmente no município de Jequitaiá, espera-se um incremento populacional significativo como consequência da implantação das obras. Este incremento será decorrente do afluxo de mão-de-obra externa durante a fase de construção das obras e da instalação na região de famílias vindas de outros locais em busca de novas oportunidades de trabalho.

Este acréscimo de população provocará alterações na dinâmica da área de influência e provocará sobrecarga na infra-estrutura de atendimento a população local, como por exemplo, postos de saúde, escolas, e outros serviços de caráter público localizados no município de Jequitaiá. O incremento populacional também pode acarretar aumento da criminalidade na região.

Para monitorar as situações apresentadas anteriormente, faz-se necessário a implantação de um programa que ao mesmo tempo controle e apresente propostas para minimizar os impactos à população e à estrutura urbana dos municípios mais próximos do empreendimento.

3. OBJETIVOS

O objetivo principal deste programa consiste em garantir que o aumento da demanda por serviços relacionados, por exemplo, a habitação, energia ou segurança provocada pelo aumento de população em função da contratação de mão-de-obra externa e da vinda de pessoas atraídas pela possibilidade de melhorias em consequência da execução do empreendimento, não prejudiquem a qualidade do atendimento à população residente. Para atingir este objetivo geral é necessária a execução de medidas específicas:

- ✓ Monitorar a oferta e a demanda de serviços básicos (saúde, educação, saneamento e segurança pública) em função do número de trabalhadores da obra;

- ✓ Controlar e/ou erradicar problemas relacionados à alteração da dinâmica social da comunidade local, em decorrência de problemas ocasionados pelo incremento populacional;
- ✓ Incentivar a implantação de atividades de adequação de infra-estrutura urbana;
- ✓ Maximizar os benefícios da relocação da ponte sobre o rio Jequitaiá, entre Engenheiro Navarro e Francisco Dumont;
- ✓ Maximizar os benefícios do asfalto da rodovia entre Engenheiro Navarro e Francisco Dumont;
- ✓ Maximizar os benefícios da legislação de ordenamento territorial para o planejamento das futuras ações nos municípios da área de influência;
- ✓ Comunicar previamente a população local a respeito do Programa de Redimensionamento e Adequação de Infra-Estrutura e de suas atividades e ações.

4. PÚBLICO-ALVO

O público alvo deste programa é a população residente nos municípios da área do entorno do empreendimento, isto é, os moradores de Jequitaiá, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont e Claro dos Poções, pois com o aumento populacional previsto, provocado pelo empreendimento, a população local poderá ser prejudicada no atendimento aos serviços de infra-estrutura básica.

5. METODOLOGIA

O programa tem como característica principal englobar a população diretamente afetada no processo de implantação do projeto de maneira participativa, isto é, fornecendo o maior volume de informações possível acerca da obra e dos programas ambientais em execução.

O programa de redimensionamento de infra-estrutura será desenvolvido de duas formas: primeiro, na execução das obras preventivas identificadas em estudos anteriores como prioritárias; e posteriormente, serão identificadas e executadas obras e/ou ações corretivas necessárias em consequência de ações indiretas do empreendimento. Para a execução desta segunda etapa do programa será necessário o monitoramento dos diversos parâmetros relacionados a serviços de infra-estrutura social. Como resultado deste monitoramento, espera-se maior agilidade na execução das ações previstas no programa.

6. AÇÕES, ATIVIDADES E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA

a) Realização de reuniões com o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, com as prefeituras de Jequitaiá, Francisco Dumont, Engenheiro Navarro e Claro dos Poções

O objetivo dessas reuniões será o de expor a esses órgãos os impactos do empreendimento sobre os serviços de infra-estrutura e uso do solo local. Nestas reuniões devem-se discutir as condições atuais de atendimento aos serviços oferecidos, objetivando a identificação das qualidades e das falhas dos mesmos; com estes dados, torna-se possível prever e propor as melhorias identificadas como necessárias bem como os parâmetros que deverão ser monitorados pelas instituições envolvidas.

b) Formalização de Parceria com a Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais

Com o início das obras do empreendimento, os quatro municípios diretamente afetados sofrerão alterações em sua dinâmica local. Para discutir essas possíveis alterações e suas conseqüências na segurança de cada município o empreendedor convocará uma reunião com os responsáveis pela segurança pública municipal e com órgão estadual.

Este primeiro contato terá como objetivo principal a explanação de dados referentes ao Projeto Hidroagrícola Jequitaiá, como por exemplo, número de funcionários de acordo com as diferentes etapas da obra, identificação dos funcionários, como são os crachás e uniformes e demais informações relevantes.

O empreendedor em uma segunda etapa poderá propor a formação de uma parceria com os órgãos de segurança pública presentes na região.

c) Repasse de informações sobre a implantação de infra-estrutura do sistema viário ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais

O responsável pela execução do programa deve transmitir ao DER-MG as informações referentes aos elementos do sistema viário que serão implantados pelo empreendimento. Esta explanação tem como objetivo a formação de uma comissão para discutir os assuntos referentes às interferências viárias, envolvendo representantes do empreendimento, das Prefeituras Municipais de Jequitaiá, Claro dos Poções, Engenheiro Navarro e Francisco Dumont e do DER-MG.

d) Apoio à elaboração de instrumentos de planejamento urbano e de uso do solo nos municípios de Jequitaiá, Claro dos Poções, Engenheiro Navarro e Francisco Dumont

Como um grande empreendimento será instalado na região, alterando a dinâmica local, os municípios da área de influência direta tornam-se obrigados a elaborar o Plano Diretor Municipal como forma de planejar as respectivas ações municipais de médio e longo prazo.

A CODEVASF, como forma de apoiar as prefeituras, já elaborou um Termo de Parceria com a BRASOL – Brasil Ação Solidária, para a elaboração do Plano Diretor da Bacia do Rio Jequitaí e para os Planos Diretores Municipais de Jequitaí, Claro dos Poções, Engenheiro Navarro e Francisco Dumont.

Além da Lei do Plano Diretor Municipal deverá ser desenvolvida a legislação complementar:

- ✓ Código de Obras – a Lei que institui o Código de Obras deverá dispor sobre as normas para a execução de obras públicas e particulares, e ainda sobre medidas inerentes ao poder de polícia administrativa de competência municipal e à ordem pública, higiene, instalação e funcionamento de equipamentos e atividades;
- ✓ Lei de Zoneamento – a Lei de Zoneamento poderá ser elaborada conjuntamente com a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, a critério da prefeitura municipal. O seu escopo deverá estabelecer gabaritos de alturas e limitações volumétricas de edificações e compatibilidades de convivência de diferentes usos do solo (residencial, comercial, institucional, industrial e misto) e conter áreas com condições e aptidões comuns divididas em zonas. O objetivo desta legislação é a previsão e o controle de densidades de ocupação de cada zona, de acordo com o uso proposto para a mesma;
- ✓ Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – esta Lei tem como objetivo estabelecer as normas e as condições para: parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município; critérios de projeto e execução de edificações, no que diz respeito aos parâmetros urbanísticos relacionados com coeficiente de aproveitamento do solo, quotas de terreno por unidade habitacional, taxa de ocupação, gabarito, taxa de permeabilização, afastamentos, altura na divisa, saliências e vagas para estacionamento; localização de usos e diretrizes para o funcionamento de atividades específicas.

e) Montagem de um banco de dados de infra-estruturas existentes nos municípios de Jequitaí, Claro dos Poções, Engenheiro Navarro de Francisco Dumont

A primeira ação desta atividade consiste em um diagnóstico dos parâmetros sociais relacionados à infra-estrutura existente em cada um destes municípios. Este diagnóstico levantará dados referentes à saúde, educação, habitação, energia, comunicação, saneamento básico e transportes. Os dados diagnosticados serão referentes tanto à estrutura física, quanto à capacidade de atendimento e à identificação de pontos positivos e negativos.

Com estas informações, será possível elaborar o cenário atual e verificar as reais necessidades e quais tipos de adequações e/ou redimensionamentos serão necessários.

Portanto, para a execução desta atividade serão desenvolvidas as seguintes ações:

- ✓ Coleta inicial e periódica de dados;
- ✓ Tabulação e análise dos dados coletados;
- ✓ Elaboração de relatórios contendo a análise comparativa dos indicadores selecionados;

- ✓ Identificação dos indicadores críticos e proposição das medidas corretivas/preventivas, além da definição das datas e dos responsáveis técnicos pela sua execução.

Todas as informações recolhidas durante esta etapa deverão ser organizadas através de um Sistema de Informações Geográficas – SIG –, com o objetivo de facilitar a consulta e a atualização dos dados, visto que eles serão monitorados e atualizados de acordo com as etapas do empreendimento.

A criação deste banco de dados permitirá o monitoramento dos parâmetros e do próprio programa e, portanto, o planejamento das ações de readequação da infra-estrutura afetada pelo empreendimento.

f) Definição das ações de comunicação social conjuntamente com o Programa de Comunicação Socioambiental

O programa de Comunicação Socioambiental prevê ações para a divulgação das atividades relacionadas ao projeto como um todo; portanto, os responsáveis pela execução do programa de readequação de infra-estrutura deverão fornecer informações referentes ao mesmo para a equipe responsável pela divulgação do empreendimento.

A divulgação das informações referentes ao Programa de Readequação de Infra-Estrutura pode ser realizada por meio escrito (folder) ou áudio visual e tem como objetivo sanar as dúvidas, divulgar os prazos de execução das obras e os seus benefícios e, em alguns casos, o interrompimento temporário no atendimento e/ou fornecimento de serviços relacionados à infra-estrutura.

g) Formalização de convênios com as prefeituras de Jequiitá, Claro dos Poções, Engenheiro Navarro e Francisco Dumont

Como o programa baseia-se no monitoramento dos parâmetros sociais e eles são ofertados pelos poderes públicos municipais, para a elaboração das propostas de readequação de infra-estrutura, é necessária a formalização de convênios com as prefeituras dos quatro municípios: Jequiitá, Claro dos Poções, Engenheiro Navarro e Francisco Dumont.

A partir do convênio formalizado será possível a troca de informações e a análise de parâmetros em conjunto entre o empreendedor e os municípios, objetivando sempre a identificação e a proposta de soluções para as alterações ocasionadas direta ou indiretamente pelo empreendimento.

h) Formalização de convênios com demais instituições envolvidas

Ao empreendedor caberá também a formalização de convênios com outras instituições públicas e/ou privadas para a promoção da adequação dos serviços públicos. Esses convênios terão como objetivo a troca de informações entre empreendedor e as instituições, a respeito das necessidades de adequação dos serviços de infra-estrutura oferecidos. Para o caso dos serviços oferecidos por instituições públicas esta avaliação serve também para verificar a

necessidade do empreendedor colaborar financeiramente para a adequação que se mostrar necessária.

Reuniões específicas, entre empreendedor e instituições, serão necessárias para a explanação do programa de adequação da infra-estrutura e para firmar os termos para essas parcerias.

O empreendedor será o responsável por redigir a minuta do convênio e apresentá-la aos futuros parceiros para avaliação. Após o cumprimento desta etapa, o convênio será firmado oficialmente, por meio da entrega da documentação e da assinatura de todos os envolvidos. Cabe ressaltar a importância de que o escopo do convênio contemple um cronograma de reuniões com o objetivo de avaliar a necessidade de adequação dos serviços oferecidos.

O empreendedor deverá discutir as questões pertinentes ao programa com as seguintes instituições públicas:

- ✓ Polícia Militar do Estado de Minas Gerais/ 10º BPM de Montes Claros;
- ✓ Polícia Civil do Estado de Minas Gerais/8º Regional Montes Claros;
- ✓ Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais/7ºBBM;
- ✓ Secretaria Municipal de Educação de Claro dos Poções;
- ✓ Secretaria Municipal de Educação de Jequitaiá;
- ✓ Secretaria Municipal de Educação de Engenheiro Navarro;
- ✓ Secretaria Municipal de Educação de Francisco Dumont;
- ✓ Secretaria Municipal de Saúde de Claro dos Poções;
- ✓ Secretaria Municipal de Saúde de Jequitaiá;
- ✓ Secretaria Municipal de Saúde de Engenheiro Navarro;
- ✓ Secretaria Municipal de Saúde de Francisco Dumont;
- ✓ Secretaria Municipal de Assistência Social de Claro dos Poções;
- ✓ Secretaria Municipal de Assistência Social de Jequitaiá;
- ✓ Secretaria Municipal de Assistência Social de Engenheiro Navarro;
- ✓ Secretaria Municipal de Assistência Social de Francisco Dumont.

Com o aumento populacional previsto, algumas instituições públicas e privadas estarão sujeitas a promover adequações nos sistemas de ofertas de serviços públicos, entre as quais, destacam-se:

- ✓ TELEMAR;
- ✓ CEMIG; e
- ✓ COPASA.

i) Monitoramento da execução das obras de redimensionamento e adequação da infra-estrutura

Outra função dos responsáveis pela execução do presente programa será o monitoramento da execução das obras previstas. Com este monitoramento pretende-se o cumprimento adequado do cronograma do programa e do empreendimento.

O controle exercido através deste programa visa à execução de ações para mitigar os impactos sociais e ambientais na população diretamente afetada.

O monitoramento contribui ainda para a alimentação do banco de dados do programa, colaborando para o planejamento das diversas ações que serão propostas para o redimensionamento e adequação da infra-estrutura.

j) Convênio para a construção de Estações para Tratamento de Esgoto

No município de Engenheiro Navarro um convênio firmado entre a CODEVASF e a COPASA já foi selado para a construção da Estação de Tratamento de Esgoto do município.

7. CRONOGRAMA FÍSICO DE ATIVIDADES

O cronograma físico de atividades deste programa está apresentado no 929-CDF-PMA-RT-P062 - Plano de Ação Ambiental – ANEXO I.

8. RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

A equipe responsável pela execução do programa deve ser composta por um profissional de nível superior, como por exemplo, geógrafo, arquiteto ou sociólogo, porém, é necessário ter experiência na área de gestão ambiental. Este profissional se dedicará em período parcial ao programa. A equipe também contará com o auxílio de um estagiário em dedicação parcial.

Para as análises mais específicas referentes aos assuntos de saúde, educação, planejamento urbano, segurança pública e transporte, deverão ser alocados consultores especialistas nos vários temas.

Os recursos materiais necessários para o desenvolvimento deste programa envolvem material de escritório para a elaboração de relatórios, um microcomputador, uma impressora e um automóvel para o deslocamento da equipe no campo.

9. CUSTOS

O custo de implantação deste programa está apresentado no 929-CDF-PMA-RT-P062 - Plano de Ação Ambiental – ANEXO II.

10. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

A avaliação e o monitoramento do programa serão executados a partir da emissão de Relatórios de Avaliação e Monitoramento, que devem ser elaborados a cada seis meses. Quando o programa estiver concluído, deverá ser elaborado um Relatório Final contendo todas as informações pertinentes: dados, projetos das adequações de obras de infra-estrutura, minutas de convênios firmados para parcerias durante o processo e avaliações e conclusões.

Todos os relatórios elaborados devem ser enviados ao empreendedor e aos parceiros na execução do programa e como forma de comprovar as atividades executadas, deverão conter anexos fotográficos, atas de reuniões e demais documentos comprobatórios.

11. RESPONSABILIDADE TÉCNICA E CONVÊNIOS

O empreendedor é o coordenador das atividades referentes ao programa, porém, as instituições públicas envolvidas são as responsáveis pela implantação das adequações e melhorias das infra-estruturas urbanas existentes. Para o cumprimento desta dinâmica, o empreendedor deverá firmar parcerias com as instituições envolvidas de forma a fornecer o suporte técnico para a execução das adequações estabelecidas.

Subprograma de Adequação da Infra-Estrutura Viária

1. INTRODUÇÃO

Este Subprograma apresenta as ações necessárias para promover a adequação da infra-estrutura viária existente na área de influência direta do Projeto Hidroagrícola Jequitaí às interferências que resultarão da implantação do empreendimento.

2. JUSTIFICATIVA

Com o desenvolvimento do Projeto Jequitaí, tornam-se necessárias alterações e/ou adequações na estrutura viária da região, devido à implantação das obras constituintes do empreendimento.

O desenvolvimento do Subprograma de Adequação da Infra-Estrutura Viária estará baseado em três premissas principais:

- ✓ Atuar de maneira preventiva na identificação de problemas e/ou alterações viárias decorrentes da implantação do empreendimento;
- ✓ Priorizar o conforto da comunidade local, portanto, o menor impacto possível;
- ✓ As obras identificadas e propostas devem ser executadas de acordo com as normas de engenharia e com a legislação ambiental vigente, reduzindo desta forma o risco de acidentes e os possíveis impactos ambientais.

3. OBJETIVOS

O objetivo principal deste subprograma consiste em adequar a infra-estrutura viária de forma que a implantação do empreendimento não provoque isolamentos e perdas de acessos. Para cumprir esta meta são necessárias algumas medidas específicas:

- ✓ Maximizar os benefícios da relocação da ponte sobre o rio Jequitaí, entre Engenheiro Navarro e Francisco Dumont;
- ✓ Maximizar os benefícios do asfalto da rodovia de ligação entre Engenheiro Navarro e Francisco Dumont;
- ✓ Maximizar os benefícios das obras de adequação de infra-estrutura viária;
- ✓ Comunicar previamente a população local do início e duração das obras de adequação de infra-estrutura viária;
- ✓ Comunicar previamente a população local a respeito de desvios;
- ✓ Sinalizar adequadamente os locais das obras de adequação de infra-estrutura viária.

4. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste Subprograma é a população residente nos municípios da área do entorno do empreendimento, isto é, os moradores de Jequitai, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont e Claro dos Poções, pois com o início das obras, alguns acessos utilizados por essa população serão adequados ou relocados.

5. METODOLOGIA

A característica principal do subprograma é englobar a população diretamente afetada no processo de maneira participativa, isto é, fornecendo o maior volume de informações possíveis acerca das obras necessárias para a adequação da infra-estrutura viária.

O subprograma de adequação de infra-estrutura será desenvolvido em duas grandes etapas: execução das obras preventivas identificadas em estudos anteriores como prioritárias, como por exemplo, acessos diretamente afetados; e execução de obras e/ou ações corretivas necessárias em consequência de ações indiretas do empreendimento.

6. AÇÕES, ATIVIDADES E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA

a) Levantamento e avaliação dos mapeamentos da área do reservatório

Para o desenvolvimento deste Subprograma, é necessário o levantamento de todo o mapeamento já existente da área do reservatório e de implantação das obras, que deverá ser devidamente avaliado.

Dessa forma, será possível identificar as infra-estruturas viárias afetadas pelo empreendimento e ao mesmo tempo verificar a existência prévia de projetos básicos para estas interferências.

b) Conferência das vias a serem inundadas pelo reservatório

Após a análise de dados já existentes parte-se para o trabalho de campo, com o objetivo de checar *in loco* todas as informações presentes nos mapas. Nesta etapa é importante a conferência dos projetos existentes.

c) Consolidação dos projetos para relocação das vias diretamente afetadas pelo reservatório

Como as interferências viárias consistem em sua maioria em obras de pequeno porte, os correspondentes projetos executivos já foram desenvolvidos. Cabe salientar que dois pontos de interferências, o "P" e o "Q", já estão sendo iniciados pelo DER-MG: a implantação da nova ponte sobre o rio Jequitai e a execução do asfaltamento da estrada entre Engenheiro Navarro e Francisco Dumont. Os demais pontos de interferências (ver Figura 6.1) serão executados de acordo com o cronograma elaborado pelo empreendedor.

Figura 6.1 – Mapa de Interferências dos Reservatórios – AM Jequitai

A seguir, são descritas as interferências mapeadas, cujos projetos executivos desenvolvidos pela ENGECORPS/CODEVASF estão apresentados na documentação referenciada.

Local A – estrada vicinal com ponte sobre o córrego Água Fria; neste local será executada uma nova ponte (desenho nº 492-CDF-JQT-A1-E127);

Local B – travessia do Riacho do Carrapato, onde existe uma estrada vicinal com ponte de concreto no local; neste local será executada uma nova ponte (desenho nº 492-CDF-JQT-A1-E129);

Local C – estrada vicinal com travessia do Riacho Fundo. No local deverá ser feita uma ponte mais elevada para substituir a existente (desenhos nº 492-CDF-JQT-A1-E131/132/133/134);

Local D – travessia de um afluente do Riacho Fundo por estrada vicinal com aterro e bueiro (desenho nº 492-CDF-JQT-A1-E 136);

Local E – neste local existe o córrego do Cumbucão, ponto de drenagem da Serra do Cabral. No local, serão feitos aterro e ponte na estrada vicinal (desenho nº 492-CDF-JQT-A1-E 137);

Local F – trata-se de pequena drenagem secundária onde será instalado um bueiro para a estrada vicinal (desenho nº 492-CDF-JQT-A1-E 138);

Local G – são duas pequenas travessias (loais G1 e G2) de drenagens, com bueiro para travessia da estrada vicinal (desenho nº 492-CDF-JQT-A1-E 139/140);

Local H – pequena travessia com bueiro e aterros para estrada vicinal (desenho nº 492-CDF-JQT-A1-E 141);

Local I – estrada vicinal com travessia de córrego próximo à localidade de Barrocão, com ponte;

Local J – linha de distribuição de energia elétrica em terreno coluvionar firme. Nesta interferência o levantamento topográfico indicou não ser necessária sua relocação;

Local K - linha de distribuição de energia elétrica em terreno coluvionar e aluvionar firme. Nesta interferência o levantamento topográfico indicou não ser necessária sua relocação;

Local L – estrada vicinal com travessia a vau no rio São Lamberto. Neste ponto existe uma linha de transmissão de energia elétrica cortando o rio logo a jusante, assentada em terrenos firmes no fundo do rio e de suas margens; os estudos determinaram não ser necessária sua relocação;

Local M – pequeno aterro com bueiro previsto para reconstruir a estrada vicinal para Claro dos Poções (desenho nº 492-CDF-JQT-A1-E145 a 146);

Local N – local pertencente à rodovia MG-208 para travessia do ribeirão Cipó, com ponte e aterro (desenho nº 492-CDF-JQT-A1-E148);

Local O – trecho também pertencente à rodovia MG-208, onde está previsto pequeno aterro com bueiro (desenho nº 492-CDF-JQT-A1-E150 a 154);

Local P – como referido anteriormente, está sendo executada a retificação de estradas secundárias existentes para adequação aos critérios necessários do DER-MG para futura concessão do órgão estadual (incorporação à rodovia MG-208) (desenho nº 492-CDF-JQT-A1-E156 a 166);

Local Q – também prevista a incorporação à rodovia MG-208, mediante uma travessia do rio Jequitaí com ponte e aterros (desenho nº 492-CDF-JQT-A1-E 156 a E166), que já se encontram em execução;

Local R- estrada vicinal com travessia a vau de um afluente do riachão (córrego Água Branca) (desenho nº 492-CDF-JQT-A1-E168);

d) Identificação dos pontos de realização de adequações e/ou melhorias em vias já existentes

Neste tipo de empreendimento são necessárias algumas obras para adequação e/ou melhoria nas vias já existentes, pois como se trata de uma obra de grande porte, espera-se um incremento do tráfego de veículos pesados.

Cabe ressaltar que todas as alterações precisam ser identificadas, avaliadas e posteriormente discutidas com os responsáveis pelo empreendimento e os órgãos responsáveis por sua manutenção.

e) Repasse de informações sobre a implantação de infra-estrutura do sistema viário ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais

O responsável pela execução do programa deve transmitir ao DER-MG as informações referentes aos elementos do sistema viário que serão implantados pelo empreendimento. Esta explanação tem como objetivo a formação de uma comissão para discutir os assuntos referentes às interferências viárias, envolvendo representantes do empreendimento, das Prefeituras Municipais de Jequitaí, Claro dos Poções, Engenheiro Navarro e Francisco Dumont e do DER-MG.

f) Implantação de sinalização nos locais de intervenção

Como forma de minimizar os impactos causados por este tipo de intervenção na população diretamente afetada é necessária a comunicação prévia das alterações. Esta comunicação deve incluir previsão de prazos de início e término das obras.

A sinalização adequada dos locais de intervenção é outra medida necessária para minimizar impactos a comunidade local e demais usuários das vias da região. A sinalização engloba o mapeamento da sinalização a ser implantada e os procedimentos de manutenção a serem adotados.

g) Contratação e realização dos serviços relativos à relocação e à implantação de adequações e/ou melhorias nas vias.

A contratação e a realização dos serviços relativos à relocação e à implantação de adequações e/ou melhorias nas vias deverá ser realizada por meio da elaboração de editais de contratação. O subprograma deverá recomendar a definição de procedimentos para a elaboração das minutas das futuras contratações e encaminhamento aos responsáveis pela publicação destes editais e realização dos processos licitatórios.

7. RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

A equipe responsável pela execução do Subprograma deve ser composta por um profissional de nível superior, preferencialmente, um Engenheiro Civil. Este profissional se dedicará em período parcial ao programa. A equipe também contará com o auxílio de um estagiário alocado em tempo parcial.

8. CUSTOS

O custo de implantação deste subprograma está apresentado no 929-CDF-PMA-RT-P062 - Plano de Ação Ambiental – ANEXO II.

10. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

O monitoramento do Subprograma será executado por meio de vistorias das obras previstas.

Ao término do Subprograma será feita a sua avaliação final, momento em que será emitido um Relatório Final contendo todas as informações pertinentes: dados, projetos das adequações de obras de infra-estrutura, minutas de convênios firmados para parcerias durante o processo, avaliações, conclusões e inventário fotográfico para comprovar as atividades executadas.

O relatório elaborado deve ser enviado ao empreendedor e aos parceiros na execução do programa.

11. RESPONSABILIDADE TÉCNICA E CONVÊNIOS

O empreendedor é o coordenador das atividades referentes ao Subprograma, porém as instituições públicas envolvidas são as responsáveis pela implantação das adequações e melhorias das infra-estruturas viárias existentes.

Para o cumprimento desta dinâmica o empreendedor deverá firmar parcerias com as instituições envolvidas de forma a fornecer o suporte técnico para a execução das adequações estabelecidas.